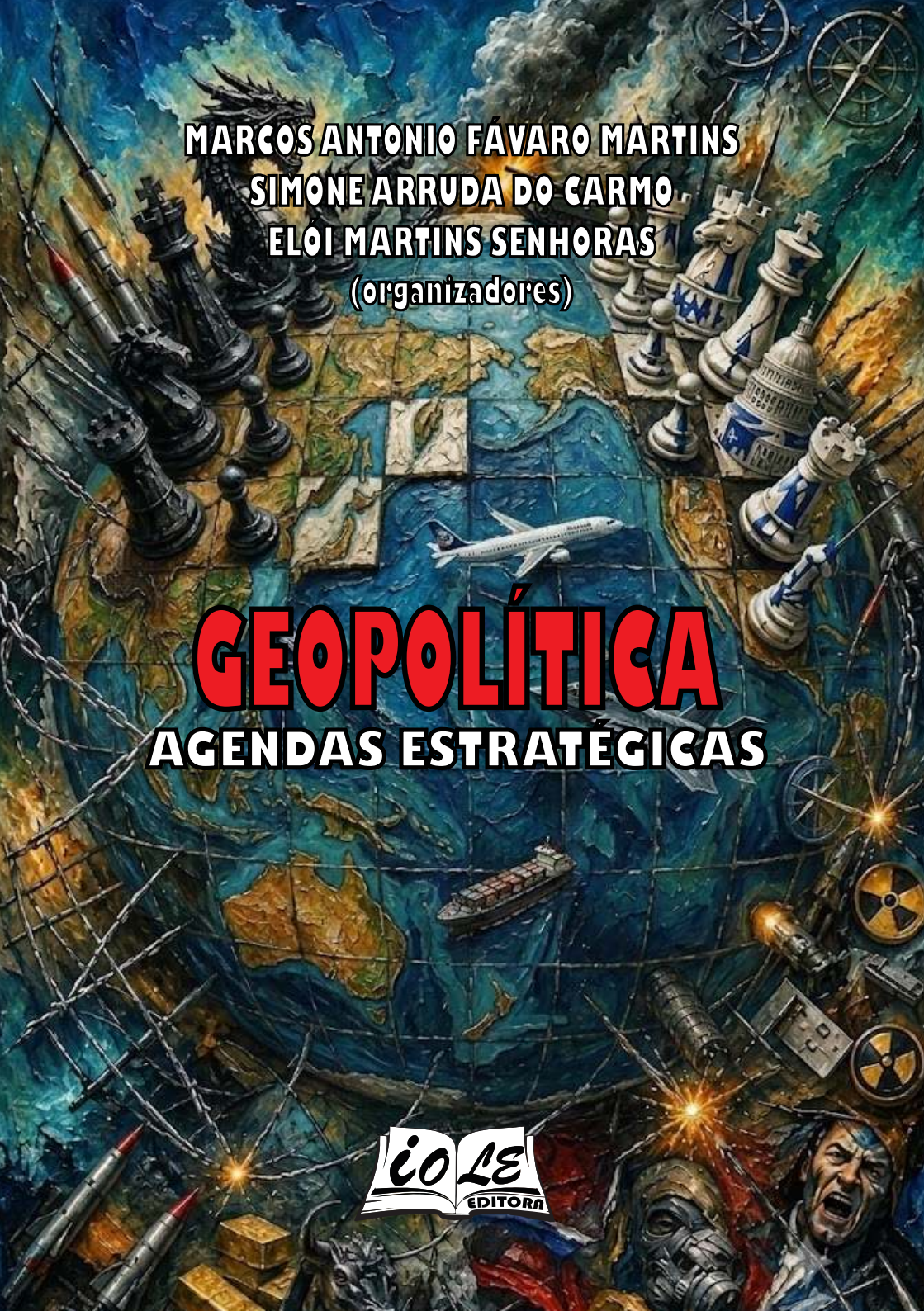
MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
SIMONE ARRUDA DO CARMO
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

GEOPOLÍTICA

AGENDAS ESTRATÉGICAS



EDITORA

GEOPOLÍTICA

Agendas Estratégicas

GEOPOLÍTICA

Agendas Estratégicas

MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
SIMONE ARRUDA DO CARMO
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ma3 MARTINS, Marcos Antonio Fávaro; CARMO, Simone Arruda do; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Geopolítica: Agendas Estratégicas. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-9-4

1 - Estudos de Caso. 2 - Geografia. 3 - Geopolítica. 4 - Teoria.
I - Título. II - Martins, Marcos Antonio Fávaro. III - Geografia. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 1

Contrarrevolução Global e Monopolaridade:
A Luta Para Conter a Ascensão dos 'Dínamos Regionais'

CONTRARREVOLUÇÃO GLOBAL E MONOPOLARIDADE: A LUTA PARA CONTER A ASCENSÃO DOS 'DÍNAMOS REGIONAIS'

André Roberto Martin[1]

Marcos Antônio Fávaro Martins[2]

"Ser inimigo dos EUA é perigoso,
mas ser amigo é fatal".

Henry Kissinger (1923-2023)

Há dois séculos pelo menos a humanidade assiste a uma luta silenciosa de caráter mundial opondo os hemisférios Norte e Sul. Os movimentos de independência da América Latina constituíram um primeiro momento dessa luta, e no século XX configurou-se um segundo momento, com a descolonização da África e da Ásia. Somado ao esforço de formação de Estados não foram todos que o perceberam, o processo de industrialização de países específicos do Mundo Meridional fez parte desse brado de guerra dos assim chamados "povos sem história" em prol de sua efetiva soberania, econômica, política e ideológica.

Desta forma verificamos que durante o período da Guerra Fria, convencionalmente balizado pelo fim da II Guerra Mundial e o desmoronamento da União Soviética, o eixo de tensão Leste-Oeste

[1] Professor da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: andremartin@usp.br

[2] Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Integração da América Latina. Doutorando em Geografia. E-mail para contato: marcosfavaro84@gmail.com

ocupou quase toda a agenda geopolítica e diplomática, permanecendo pouco percebidas as contradições entre o Norte e o Sul do sistema interestatal planetário que então se estruturava (JAGUARIBE, 1985). Contradições essas cujas origens remotas podem ser remetidas há muito tempo antes, quando o homem europeu descortinou um hemisfério que desconhecia, e que batizou de "*Tropicus Mundi*" em oposição a um "*Imperium Mundi*", de onde partira e que viria a submeter e colonizar em ondas sucessivas (DEL ROIO, 1988). Esta primeira dicotomia percebida entre os hemisférios Setentrional e Meridional não se desativou nem com a ascensão e nem com aqueda da ordem mundial bipolar surgida após 1945, uma vez que o eixo de tensão Norte x Sul é movido por forças profundas oriundas do processo de colonização e da diferença de desenvolvimento engendrada pela industrialização retardatária dos países do Sul, em relação aos do Norte.

O presente texto explorará a mudança de conjuntura no pós-guerra fria com base nessa perspectiva, elencando três pontos para o debate: I - o poder estadunidense e o seu desgaste; II - a primeira geração de "Estados-dínamos" (a saber: Iraque, Iugoslávia e Brasil); e III - a segunda geração de "Estados-dínamos" (Rússia, China e Irã). Após esta exposição tentaremos indicar uma solução para a questão proposta em nosso título.

OBJETIVOS DO ESTUDO

- Mapear a dinâmica da pugna pelo poder mundial entre a comunidade ocidental atlantista, o mundo euroasiático e o mundo meridional no pós-guerra fria, objetivando compreender as mudanças de conjuntura;
- Avaliar o poder nacional brasileiro frente a este cenário de profundas alterações de cunho geopolítico.

METODOLOGIA

Os passos metodológicos visando alcançar o objetivo final de problematizar as potencialidades e riscos que o país tem pela frente, indicam a necessidade de combinação de dois procedimentos distintos. Um primeiro, de natureza histórico-descritiva, procurará sustentar através de exemplos a nossa hipótese central, qual seja, a de que as potências que detêm a dianteira na pesquisa tecnológica tudo fazem para impedir a emergência de potências competidoras, havendo, portanto, um processo de sabotagem extraeconômica que visa deter ou fazer retroceder a industrialização nos países retardatários. O segundo procedimento, analítico-dedutivo, pretende dar sustentação a uma conclusão prospectiva, de modo que as premissas anteriormente detalhadas possam iluminar uma resposta consistente à questão proposta. Como se trata de um problema normativo e prospectivo nossas conclusões possuem um caráter especulativo, ainda que baseado em evidências empírica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desgaste do poder estadunidense

Em 1939, mesmo ano que teve início a Segunda Guerra Mundial, Edward Carr publicou um livro que teve grande significação para as Relações Internacionais: “Vinte anos de crise”. Trata-se de uma leitura de século XX da obra de Maquiavel, com enfoque para a política entre os Estados, marcada então pela instabilidade e pela assimetria de forças (CARR, 2001). O mesmo livro apresenta uma tipificação muito didática sobre as expressões do poder nacional que seriam o poder militar, o poder econômico e

o poder ideológico. Uma grande potência só poderia ser considerada como tal se desenvolvesse essas três expressões do poder mundial.

Quase um século depois da publicação deste livro que se tornaria um clássico, poderíamos dizer que os seus fundamentos estão sendo confirmados pela experiência histórica concreta. Depois da Segunda Guerra Mundial a humanidade foi testemunha da montagem de uma ordem mundial bipolar, que perdurou pelo menos desde o final da década de 1940 até 1991, ano em que a URSS foi, de fato, desativada enquanto potência multidimensional. O que se seguiu foi um período de polaridades difusas, que dura até os nossos dias, no qual a impressionante ascensão da China representou o principal vetor de transformação na correlação de forças, mas o retorno da Rússia como potência militar de primeira linha não pode ser negligenciado. Nesse novo estado de coisas, a máquina propagandística dos EUA, muito influenciada pelo documento neoconservador intitulado "Project for the New American Century" (PNAC) surgido em 1997, apregoou que a "nova ordem mundial" seria "unipolar", cabendo às elites políticas de Washington organizar a comunidade internacional dentro de preceitos liberais.

De fato, os EUA ainda representam, no final deste primeiro quartel do século XXI, a única potência imperial da sociedade internacional, afirmação que parte do fato de que os Estados Unidos possuem capacidades militares superlativas, amparadas por uma economia que ainda é a mais rica do mundo e por uma indústria cultural que difunde a "visão de mundo" de suas elites, sintetizada no culto à prosperidade individual. Apesar, porém de ser a única superpotência tridimensional do planeta, tentaremos provar que um sistema mundial unipolar representa uma impossibilidade prática, além do que se tornou perceptível uma clara erosão do poder imperial dos EUA, em todas as suas dimensões nas últimas décadas. Em particular suas fragilidades estratégicas ficaram bastante expostas com a guerra aberta contra o Irã, como veremos adiante.

Mas por ora, comecemos tentando esclarecer nossa primeira afirmação: por que é impossível uma ordem internacional multipolar? Ora, um regime de monopolaridade deve combinar a capacidade de agregação de aliados a um centro diretor hegemônico com a capacidade deste mesmo centro de reprimir, por meio das armas, aqueles membros do "bloco" dispostos a transgredir a ideologia vigente. Se no primeiro caso a OTAN e a política de "contenção" podem servir como exemplos, no segundo podemos lembrar as tentativas estadunidenses de destruição do regime cubano, a guerra do Vietnã e a intervenção em Granada em 1983. A análise do caso soviético vai pelo mesmo caminho, como apontam o surgimento do "Pacto de Varsóvia" e do COMECOM como exemplos de poder agregador, assim como as intervenções na Hungria e na Tchecoslováquia cabem na segunda tipificação acima apontada.

Um regime de "bipolaridade" por sua vez é caracterizado pela forte tensão entre os dois blocos, o que não só é demonstrado pela tensão militar entre ambos, como também pelo enrijecimento das relações entre os Estados que compõem cada bloco, com maior possibilidade de o centro diretor exercer o poder militar sobre os seus Estados vassalos. A Guerra Fria não foi a única situação de bipolaridade que a sociedade internacional testemunhou, sendo a Guerra do Peloponeso, segundo Tucídides, o primeiro exemplo de uma ordem bipolar na História (NYE JUNIOR, 2002, p. 14). Pelo menos para o Mundo Ocidental a sentença parece plenamente válida, seguindo-se a dualidade Roma x Cartago, depois Gênova x Veneza e finalmente Portugal x Espanha quando a bipolaridade alcançou finalmente a escala planetária.

Ordens unipolares foram muito raras e de caráter geográfico muito localizado. Roma após derrotar Cartago criou o "*Mare Nostrum*", e a supremacia militar que impérios indo-americanos como o Inca, o Azteca e o Maia exerceram sobre povos de seu

entorno, também esteve muito longe de alcançar a totalidade da superfície terrestre. O mesmo pode-se dizer a respeito dos Impérios Otomano, Chinês ou Mongol.

No entanto, a despeito da experiência histórica, e procurando justamente negá-la, durante os quatro anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial, os EUA tiveram o monopólio do poder nuclear, o que atiçou parte da sua elite na ambição de domínio monopolar do globo, chegando-se inclusive a cogitar um ataque nuclear contra os soviéticos. Mas logo a seguir a URSS, a Grã-Bretanha e a China desenvolveram a arma e, já no final do século XX, estados do Mundo Meridional também contavam com a bomba atômica, isso sem falar na quantidade de projetos nucleares prósperos que existem em países como o Brasil e a Argentina. É verdade que o nível de desenvolvimento dos programas nucleares e dos arsenais atômicos que eles dão origem são muito diferentes. Rússia, EUA e China podem ser consideradas "*potências nucleares completas*" dado o tamanho e dispersão geográfica de seus arsenais, autonomia na obtenção de produtos bélicos pela indústria nuclear e diversidade de vetores sensores e blindagens necessárias para uma guerra nuclear de grande monta.

Contudo, a posse da arma atômica por Estados como o Paquistão ou Coréia do Norte dificulta muito a intervenção de uma potência estrangeira nestes países, uma vez que uma retaliação nuclear certeira tem plenas condições de destruir uma esquadra incursora, ou dificultar muito a sua operação[3]. Nesse sentido, a

[3] Os estudos de Bernard Brodie objetivaram atualizar as ideias de Alfred Mahan para a era nuclear. Contemporâneo de novas tecnologias como o míssil anti-navio, a aviação a jato embarcada, a propulsão nuclear dos navios e da própria bomba atômico, Brodie está no rol dos principais pensadores do emprego da arma naval. Para ele (BRODIE, 1961), a única forma de uma força tarefa sobreviver a um ataque nuclear é se dispersando, o que desconfiguraria outras de suas propriedades militares, como capacidade antiaérea e antissubmarino.

proeminência militar global, necessária à configuração de uma ordem unipolar, é algo de afirmação muito discutível, ou seja, a proliferação nuclear, na prática, a impede concretamente. E este é apenas um aspecto da questão, embora crucial.

Outro argumento crítico ao discurso de uma ordem unipolar está na menor efetividade das instituições internacionais, tais como a OMC (Organização Mundial do Comércio) e o Conselho de Segurança da ONU, instituições planetárias que já tiveram suas decisões violadas principalmente por EUA e Israel; e, no âmbito hemisférico, é preciso admitir que OEA (Organização dos Estados Americanos) se encontra em crise desde a Guerra das Malvinas, em 1982, e a UNASUL foi simplesmente desativada. Mesmo autores neoconservadores, como Samuel Huntington foram avessos à ideia de uma "unipolaridade plena". No artigo de 1999 intitulado "A superpotência solitária", o autor afirma que:

> A estrutura global de poder durante o período de Guerra Fria tomava basicamente uma forma bipolar; a estrutura emergente nos dias de hoje, contudo, é bem diferente. Atualmente há uma única superpotência. Mas isso não significa que o mundo seja *unipolar*. Um sistema unipolar teria apenas uma superpotência, nenhuma potência de importância significativa e muitas potências de menor grandeza. Dessa forma, a superpotência teria condições de resolver com eficácia questões internacionais importantes, e nenhum tipo de combinação entre outros Estados seria capaz de evitar as decisões assim tomadas [...]. A política internacional contemporânea não se encaixa em nenhuma dessas configurações. Em vez disso, representa um estranho modelo de características hibridas, um sistema *unimultipolar* constituído por uma superpotência e diversas potências altamente significativas (HUNTINGTON, 2000, p. 12-13).

Segundo o mesmo, a ascensão de novas potências econômicas no pós-guerra fria seria o prelúdio da formação de novas potências militares e, portanto, o fim da guerra fria daria origem a esta ordem híbrida que ele chamou de "*uni multipolar*". Tal argumentação considera que existe no mundo uma unipolaridade militar, exercida pelos EUA, e uma multipolaridade econômica, sustentada por vários polos de desenvolvimento industrial, presentes inclusive no Mundo Meridional, que coexistem com as formidáveis capacidades militares dos EUA. O autor, porém, não considera os efeitos da proliferação nuclear que nós sublinhamos acima.

Outro fator que Samuel Huntington não viveu o suficiente para analisar (o autor faleceu em 2008) foi o próprio desgaste da condição imperial dos EUA, fenômeno que se tornou mais nítido da lá para cá. Com centenas de bases fora do território nacional e um investimento girando em torno de um trilhão de dólares em defesa por ano (para 2027 o Congresso aprovou o ingresso de mais US$ 500 bilhões), a máquina de guerra dos EUA é, de longe, a maior e mais dispendiosa do mundo. De governo em governo, desde a Segunda Guerra Mundial, o investimento estadunidense em defesa não apenas se preocupou em manter mais de um milhão de homens em armas, como também em garantir a liderança na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias críticas. Esta doutrina está sendo agora contestada pela China e pela Rússia, cujo poderio militar parece haver sido subestimado pelo Ocidente.

Se a liderança militar estadunidense está sendo ameaçada claramente pelos russos no atual conflito na Ucrânia, a liderança econômica está prestes a ser ultrapassada pela da China. Em 1945 os EUA eram, sem dúvida, a maior força política e econômica já formada na História. Eles contavam então com 50% do PIB mundial, e 60% do PIB industrial do planeta (GUIMARÃES, 2002). Hoje, no entanto, a situação é bem diferente: em termos nominais a participação estadunidense caiu para 25% do PIB global, sendo que

em termos de paridade de poder de compra ele está abaixo do chinês, e estimado em cerca de 15%. A necessidade de reconstruir a Alemanha e o Japão obrigou os EUA a tomarem medidas antieconômicas e reabilitar concorrentes comerciais, o que levou a uma perda de competitividade da sua indústria. Assim, os gastos militares foram aumentando, enquanto a sua economia perdia fôlego. Hoje, as forças armadas dos EUA são muito caras para o Estado e para os contribuintes, e um sintoma muito legível desse *stress* imperial foi a política militar de Donald Trump, baseada na redução de custos, buscando compartilhamento de despesas e responsabilidades com os aliados, e retirada de tropas de teatros como o Afeganistão e a Síria. Não obstante, e até para se opor a essa tendência de declínio, os EUA estabeleceram uma doutrina mais agressiva que a da "contenção", logo após a vitória da revolução cubana. Ela viria oportunamente a ser denominada de "contrarrevolução global", e a política de Trump parece ser apenas o coroamento e exacerbação dessa doutrina. Ela merece assim ser mais bem detalhada.

A contrarrevolução global: conceito, fases e alvos

Não é o caso aqui de elencarmos e esmiuçarmos cada uma das intervenções imperialistas dos EUA em outros países. O exame deste longo processo nos levaria de volta às guerras contra o México em meados do século XIX, ou até um pouco antes quando a jovem república propôs a conhecida "Doutrina Monroe" como barômetro para sua política externa. Além disso já existe vasta literatura a respeito do tema e apenas à guisa de ilustração podemos mencionar os livros de Luís Fernando Ayerbe - Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia - e de Luiz Alberto Moniz Bandeira - Formação do Império Americano - como referências

obrigatórias para quem quiser se aprofundar no assunto. Para nossos objetivos, ao contrário, trata-se justamente de selecionar alguns exemplos arquetípicos em que a ação desestabilizadora de Washington se voltou contra países de relativo desenvolvimento industrial, e que poderiam vir a tornar-se competidores das indústrias norte-americanas em suas respectivas regiões. Daí a importância da noção de "dínamo regional" aqui proposta, e que se refere àquelas concentrações urbano-industriais suficientemente complexas e integradas, que se mostram capazes de irradiar sua influência em uma área relativamente ampla. Elas precisam ademais, possuir conexões internacionais exigindo a presença de portos e aeroportos, afora a posição nodal em termos de vias terrestres.

Curiosamente, muitas dessas áreas foram apelidadas de "Prússia" em seus respectivos contextos, precisamente pelo seu poder de atração e direção, daí a alusão ao núcleo geohistórico do processo de unificação nacional da Alemanha. Quer na acepção apologética de Spengler (SPENGLER, 1935) ou na versão crítica de Lênin (LÊNIN, 1988), o "prussianismo" ou a "*via prussiana de desenvolvimento do capitalismo"* apresenta uma série de características comuns denotando situações em que o Estado assume o papel da burguesia em face da situação de desvantagem em que as mesmas se encontram em relação à concorrência com os países de desenvolvimento industrial mais maduro.

Desse modo, seguindo o esquema teórico aqui proposto, entendemos que a "contrarrevolução global" se tornou doutrina geoestratégica dos EUA no exato momento em que eles se sentiram acuados em sua "Homeland" por ocasião da instalação dos mísseis nucleares soviéticos em Cuba. Como apontam Leo Huberman e Paul Sweezy, foi a partir daí que os EUA definiram o caráter necessariamente planetário da contrarrevolução, não bastando mais portanto apenas "conter" a expansão do comunismo como se propôs no imediato pós-guerra, mas sim tornara-se necessário fazê-lo

recuar, até que toda experiência socialista fosse varrida definitivamente da face da Terra (HUBERMAN; SWEEZY, 1968).

Com tais pressupostos, além do envolvimento direto na guerra do Vietnã, os golpes militares contra João Goulart no Brasil e Ahmed Sukarno na Indonésia podem ser atribuídos a esta primeira fase da contrarrevolução global (HUBERMAN; SWEEZY, 1968). Nosso foco, porém, está no que denominamos de segunda fase da contrarrevolução global, quando os alvos principais dos norte-americanos passaram a ser precisamente os países enquadrados na categoria de "dínamos regionais" e o neoliberalismo havia destronado o keynesianismo como política econômica nos países centrais. Os casos examinados serão o da Iugoslávia -dínamo dos Bálcãs, do Iraque - dínamo da Liga Árabe, e o do Brasil - dínamo sul-americano. Vamos aos detalhes.

O caso iraquiano

Desde um ponto de vista cronológico, a desindustrialização imposta *manu militari* pela coalização liderada pelos EUA contra o Iraque no início da década de 1990 corresponde a um primeiro exemplo na retomada do vigor contrarrevolucionário, após um hiato imposto pelas derrotas da perspectiva imperial norte-americana no Vietnã e no Irã, respectivamente em 1976 e 1979. Pouco explorado na literatura especializada, o impacto desta primeira guerra contra o Iraque para o desgaste da liderança de Mikhail Gorbachev, em nossa opinião, foi tremendo. Isto porque sua política de apaziguamento com o Ocidente, que até então mostrava-se vitoriosa, acabou sendo desmoralizada. Além disso, a destruição de material militar de origem soviética, que abastecia as forças armadas iraquianas, feriu profundamente o orgulho do Exército Vermelho, gerando grande insatisfação contra o governo, em boa parte do alto oficialato. Nesse

sentido, não parece despropositado associar este evento à tentativa de golpe contra Gorbachev, cujos desdobramentos são bem conhecidos. Mais ainda, o descontentamento militar com o regime ficou evidente logo a seguir quando os soldados se recusaram a disparar contra a multidão que se opunha ao golpe, embora não apoiasse também Gorbachev. Nesse vácuo como se sabe, surgiu a figura de Bóris Yeltsin, apoiado pelo Ocidente.

Por outro lado, é preciso sublinhar que, do ponto de vista econômico, o Iraque assistiu a um programa de modernização durante a década de 1970, focado na industrialização, que aproveitou os preços elevados do petróleo registrados no período, aumentando assim suas importações e investindo fortemente em infraestrutura e pesquisa. O modelo de Estado centralizador associado a um rígido planejamento nacional, representava a pedra angular do projeto do partido Baath, que chegara ao poder em 1968. Este vigoroso crescimento econômico foi estancado na década de 1980 em razão da guerra contra o Irã, o que acabaria levando o governo de Saddam Hussein a invadir o Kwait no início da década seguinte na expectativa de recuperar suas finanças depauperadas pela guerra. Este episódio justificou, por sua vez, a formação de uma grande coalizão internacional liderada pelos EUA e pelo Reino Unido que invadiu o país e impôs pesadas sanções econômicas a Bagdá. Esta combinação de ações militares e econômicas conseguiu paralisar o processo de industrialização do país. No início da década seguinte, o atentado contra as torres gêmeas em Nova York serviu de pretexto para uma segunda invasão do Iraque, que sepultou em definitivo o projeto nacional-desenvolvimentista do partido Baath (BRESSER-PEREIRA, 2003). Esta segunda invasão confirmaria uma nova modalidade de intervenção imperialista que podemos denominar de "estaticídio", quando o objetivo não é apenas dominar os recursos naturais de um determinado país, mas pura e simplesmente eliminar sua soberania. A primeira vítima deste novo "modelo" de

intervenção, no entanto, foi a Iugoslávia. Recordemos brevemente como isto se deu.

A destruição da Federação Iugoslava

Interrompendo um longo período de paz iniciado com o fim da II Guerra Mundial, o desmonte da Federação Iugoslava trouxe a guerra de volta à Europa pouco antes do final do século XX. Até este momento a Iugoslávia detinha o maior parque industrial dos Bálcãs, chegando a alcançar um elevado grau de desenvolvimento tecnológico inclusive na produção de aviões de combate. Seu modelo denominado *Soko-Galeb* mostrou-se competitivo por ser um aparelho eficiente e mais barato que os concorrentes. Este é um ponto importante visto que estas nações em desenvolvimento são capazes de oferecer produtos de tecnologia intermediária mais baratos do que aqueles oriundos dos países centrais onde os salários e as matérias primas são mais caros. Estes aviões estiveram envolvidos na guerra contra a OTAN em 1999, e hoje alguns aparelhos remanescentes estão sendo modernizados para compor a Força Aérea da Sérvia. Introduzidos na década de 1980, estes aviões eram o orgulho da indústria iugoslava e revelavam a disposição do país em adquirir soberania tecnológica na área militar.

Recordemos que desde que tomou posse, o governo Tito definiu a transformação da economia iugoslava de agrária para industrial como a prioridade número um do novo Estado socialista, e de fato, durante as três décadas de seu governo a relação da participação dos dois setores no PIB nacional se inverteu, e a indústria que era 1/3 da agricultura em 1947 chegou em 1982, a um valor três vezes superior ao da produção do campo, que além disso perdeu muita população em favor das cidades nesse período (BORTOLUZZI, 2011).

Para elevar o valor agregado de suas exportações, no entanto, o país precisava importar muitos componentes e insumos, o principal deles sem dúvida constituído pelo petróleo. Assim, a crise no balanço de pagamentos durante a década de 1980 guarda uma grande semelhança com a denominada "década perdida" que vivenciamos no Brasil na mesma época, quando o aumento abrupto dos preços do petróleo e dos juros internacionais paralisaram o crescimento experimentado por ambas as economias nas décadas anteriores. Vale a pena portanto examinar um pouco mais de perto o que ocorreu no caso brasileiro.

A desindustrialização brasileira

Bem, o caso brasileiro evidentemente se afasta dos exemplos anteriores, uma vez que não houve em nosso país, uma intervenção militar direta dos EUA ou da OTAN no sentido de se frustrar, pela força, um processo de industrialização comandado pelo que estamos chamando de "dínamos regionais". Aqui, um país de dimensões continentais onde a dominação burguesa está bem consolidada, a contrarrevolução global encontrou outros caminhos para a realização de seus desígnios. O Brasil foi, talvez ao lado da Rússia de Boris Yeltsin, o país que adotou com maior entusiasmo o programa neoliberal emanado do "Consenso de Washington". Recordemos que Fernando Collor foi eleito contra o "Estado gastador", no início da década de 1990, e este mantra é repetido *ad nauseam* por todos os meios de comunicação de massa até hoje. Além disso, vale frisar que o PSDB dominou por muitos anos o Estado paulista, precisamente a "Prússia brasileira", e a própria FIESP passou a preferir os investimentos financeiros em renda fixa ou em fazendas de gado, do que em pesquisa e desenvolvimento, desde então.

A privatização de empresas estatais altamente rentáveis como CESP, BANESPA, FEPASA e principalmente TELESP, por sua vez, retiraram do governo paulista os instrumentos necessários à indução do crescimento econômico, fazendo com que a velha "locomotiva" do Brasil descarrilhasse.

Ocorre que o mesmo processo se repetiu no âmbito federal e demais Estados-membros da União, merecendo destaque as privatizações da Vale e CSN que combinadas, haviam dado início ao acelerado processo de industrialização da economia brasileira experimentado a partir da década de 1940 (BIONDI, 1999). Somado ao rebaixamento das taxas de importação e altas taxas de juros, estas privatizações paralisaram o crescimento industrial internamente, ao mesmo tempo em que o processo de globalização abria enormes oportunidades para a exportação de *commodities*, repondo o país na condição de economia primário-exportadora dos tempos coloniais (GABRIEL DE PIERI; FÁVARO MARTINS, 2022).

Mas as coisas não pararam por aí. Após a descoberta de importantes reservas de hidrocarbonetos na camada de pré-sal pela Petrobrás, e a entrada oficial do país no grupo BRICS, o país se viu vítima de uma ação direta do imperialismo, muito bem orquestrada, que reforçaria enormemente a adesão ao lema neoliberal segundo o qual empresas estatais geram corrupção. Nos referimos evidentemente à "Operação Lava jato", uma ação coordenada pelo Departamento de Justiça dos EUA, como está muito bem documentado no livro de Jessé de Souza "Guerra contra o Brasil" (SOUZA, 2020). Nesta obra o autor descreve com minúcias como se deu esta operação de "guerra híbrida" contra nosso país, algo que a grande maioria dos brasileiros ainda não se deu conta (GABRIEL DE PIERI; FÁVARO MARTINS, 2022).

Contando com apoios internos como os do juiz Sérgio Moro e do clã Bolsonaro, afora a ascensão do neopentecostalismo, a contrarrevolução global não precisou contar aqui no Brasil com o

apoio da aviação norte-americana como nos casos iraquiano e iugoslavo. Pelo menos por enquanto.

A terceira fase da contrarrevolução global

Em 1989 para a surpresa de muitos o muro de Berlim caiu, e dois anos depois, a URRS desapareceria juntamente com as estruturas internacionais que lhe davam suporte: o COMECON, mercado comum socialista, no campo econômico, e o Pacto de Varsóvia no âmbito da segurança militar. De fato, o mundo havia mudado, mas os intelectuais que serviam ao império estadunidense queriam nos convencer de que essa mudança era muito maior do que de fato foi, e tomou a direção oposta ao que eles previam. Francis Fukuyama, sempre lembrado por conta disso, advogou em seu conhecido livro "O fim da história e o último homem" que o liberalismo havia vencido uma grande disputa com outras ideologias e seria de agora em diante uma doutrina universal. Segundo este autor, os conflitos militares seriam relegados para a periferia do sistema dos Estados, enquanto o núcleo duro do sistema passaria a gozar de uma paz durável, senão eterna (FUKUYAMA, 1992). Em oposição, Samuel Huntington defendeu, em seu também célebre "O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial" (HUNTINGTON, 1996*)* que as disputas do pós-guerra fria seriam de ordem cultural, prevendo que a religião superaria a ideologia política e outras questões estatais típicas, como a disputa territorial e os projetos de desenvolvimento econômico (HUNTINGTON, 1995). Um terceiro autor, o francês Jean C. Rufin defendeu por sua vez que os países desenvolvidos se fechariam no interior de um círculo restrito de nações privilegiadas, enquanto os Estados do então chamado "Terceiro Mundo" entrariam em um ciclo de falências políticas (RUFIN, 1991). Ele argumentaria ainda que as

necessidades demográficas chinesas obrigariam a tomada da Sibéria por parte da China, algo que três décadas depois não se realizou nem se vislumbra (RUFIN, 1991). Conclui-se assim, que nenhuma destas cosmovisões, bastante publicizadas, conseguiu explicar o pós-guerra fria, se é que se pode falar que um dia ela realmente acabou.

Passados, portanto, 35 anos da queda do muro de Berlim, a disputa internacional continua se dando sobre questões estatais clássicas como o controle de território, rotas e fontes de energia em um contexto potencializado pela política imperial dos EUA que, ao tentar aperfeiçoar o controle territorial sobre a Eurásia, terminou por acuar, simultaneamente a China, o Irã e a Rússia. Esses três países representam hoje precisamente, segundo o que defenderemos a seguir os Estados dínamos da nossa época.

Dos três dínamos, a China é a que melhor se caracteriza pelo seu poder econômico. Sem abandonar o "socialismo científico" como diretriz ideológica e política, os chineses conseguiram feitos impressionantes. No ano de 1990 o PIB chinês era menor que o brasileiro: enquanto Pequim apresentava ao mundo um PIB de 361 bilhões de dólares, o Brasil alcançava a cifra de 462 bilhões de dólares. Trinta anos depois, no começo da década de 2020, O PIB brasileiro foi de 1,44 trilhão de dólares, enquanto o PIB chinês bateu 14,72 trilhões de dólares (GABRIEL; FÁVARO MARTINS, 2022, p. 19). Tais números servem não só para ilustrar a eficácia da China em ascender como um "Estado-dínamo", mas também ilustra a decadência do Brasil no sentido de conduzir o seu projeto nacional.

A China acumulou riqueza e desenvolveu suas estruturas econômicas com base em planejamento estatal centralizado com ênfase na industrialização induzida e no desenvolvimento da infraestrutura viária e energética. O Estado chinês trabalhou duramente para promover as exportações do país de artigos industrializados, ao mesmo tempo em que fazia crescer exponencialmente seu mercado interno. A sua relação com os EUA

passou a ser paradoxal, uma vez que os dois Estados se apresentam como inimigos políticos e ideológicos de longa data, chegando a lutar em lados opostos, como na Guerra das Coreias (1950-1953) por exemplo. Por outro lado, os dois Estados se tornaram parceiros comerciais com alto nível de interdependência, o que fornece um caráter muito peculiar para a atual rivalidade sino-estadunidense. A parceria econômica com o EUA é vista como um recurso importante para os chineses, entendendo que ela dá fôlego à sua economia enquanto o país ainda não desenvolveu todas as suas capacidades militares.

Os chineses buscaram amortizar, por outro lado, as suas diferenças com a Rússia, estabelecendo com esta uma estreita parceria econômica e militar. Apesar da interdependência comercial e financeira com os EUA, o Estado chinês apresenta-se agora como aliado geopolítico da Rússia. Ambas as potências estabeleceram, na transição do século XX para o XXI, uma parceria duradoura que se materializou na "Organização para cooperação de Xangai" (OCX), fundada em 2001, e que visa reunir os Estados eurasianos com o propósito de fazerem um contraponto às potências atlantistas comandadas pelos EUA. Tal foro possibilita que os Estados da região amortizem os seus problemas políticos e estabeleçam laços de cooperação militar para a superação da defasagem tecnológica em relação ao Ocidente – o que ela tem conseguido – ao mesmo tempo que busca obstruir os projetos políticos arquitetados por Washington para a contensão da Ásia. São estados membro da OCX atualmente: Rússia, China, Índia, Irã, Paquistão, Quirguistão, Cazaquistão, Tajiquistão e o Uzbequistão.

Segundo muitos analistas norte-americanos, a Rússia podia ser dada como neutralizada na década de 1990, o que se revelou uma análise equivocada, como está muito claro no atual conflito na Ucrânia. Mas mesmo para aquele período esta interpretação mostra-se falha. Ainda que sob aguda crise econômica e com a castração

daquela formidável capacidade estratégica que possuía a URSS, os russos nunca deixaram de preservar seus arsenais nucleares e de investir em tecnologias críticas. Sob a liderança de Vladimir Putin desde dezembro de 1999, a Rússia tem recuperado suas capacidades estratégicas, seja pela reforma de suas forças armadas, seja pelo incremento de sua base industrial de defesa, seja pela modernização de seu parque logístico.

Um fato fundante da Rússia de nossa época foi o processo de expansão da OTAN conduzido pelos EUA. Quando a URSS foi dissolvida, George H. Bush (1924-2018), então presidente dos EUA, prometeu que a OTAN, não teria novos aliados, em prejuízo da Rússia, e não se expandiria na sua direção. Promessa essa que foi quebrada pelo governo Clinton, com a inclusão à aliança da República Checa, da Hungria e da Polônia. Tal ampliação, que prosseguiu com a adesão de novos membros e prevê novos sócios num futuro próximo, deixa acuada a liderança russa, agora firmemente interessada em não se submeter aos desejos imperiais dos EUA de liderar um mundo monopolar.

O Estado russo, sob a liderança de Putin, passou a fornecer hidrocarbonetos para a Europa ocidental, criando com isso importantes laços de interdependência e passou a lutar guerras limitadas em seu entorno estratégico, como foi o caso da intervenção militar na Geórgia, em 2008. Em 2014 essas intervenções ganharam em dimensão quando forças russas correram em socorro do povo russo que reside na parte oriental do território ucraniano. Desde então tropas russas lutam na Ucrânia impedindo uma limpeza étnica contra a população de origem russa que vive na região conhecida como Donbass, tendo a península da Criméia sido reincorporada à Federação já no começo de 2014. A incursão militar iniciada no final de 2022 surge assim como uma consequência lógica dos eventos iniciados na praça Maidan, em dezembro de 2013, e que derrubaram o governo pró-Rússia eleito um pouco antes.

Esse grande esforço militar russo teve um resultado interessante na economia nacional. De vocação autárquica, o Estado russo não saiu enfraquecido pelos embargos ocidentais, ao contrário: em dez anos, um processo de substituições de importações demonstrou que o afastamento em relação aos mercados europeu e norte-americano acabou sendo benéfico para a economia do país, e a onda de refugiados ucranianos que ruma para a Rússia representou um incremento de cinco milhões de habitantes, muito bem-vindos em um país com os problemas demográficos da Rússia.

É preciso dizer que a atual aliança com a China é fundamental para a Rússia combater na Ucrânia. Ela significa apoio diplomático e econômico imprescindível para Moscou, uma vez que as fronteiras em seu flanco oriental se mostram seguras, evitando envolver o país em uma guerra de duas frentes. A China por sua vez sente-se mais confortável com esta parceria, a fim de enfrentar as complexas questões territoriais que tem com o ocidente, onde figuram como latentes suas reinvindicações no Mar do Sul da China e as questões que envolvem a existência de Taiwan como estado independente. Se levadas a termo, tais questões obrigariam o Ocidente, principalmente os EUA, a mobilizarem sua economia de guerra, promovendo um novo conflito mundial. Pelo mesmo motivo, a OTAN, pelo menos até agora, tem evitado um envolvimento aberto na Ucrânia, apesar do crescente envolvimento de países europeus no fornecimento de armas e veladamente, até de soldados para seu aliado.

Quando voltamos os nossos olhos para o sul do planeta, o Irã se apresenta como um terceiro dínamo. O povo iraniano caminha pela superfície da terra por milênios e a sua cultura tem dimensões civilizacionais irrecusáveis. Grandes desenvolvedores da administração pública e de outras ciências de Estado, os iranianos se afastaram do Ocidente, em 1979, e se viram em uma guerra fraticida de oito anos com o Iraque. O Ocidente apoiou o Iraque, mas não

conseguiu destruir a revolução xiita do Irã, e o país se fortaleceu. O governo de Teerã tem se mostrado muito competente no sentido de criar forças armadas adaptadas às ameaças ao país. Atualmente o Irã conta com uma indústria aeronáutica sofisticada e desenvolve aeronaves não tripuladas e mísseis hipersônicos. O país atacou bases estadunidenses com seus mísseis, no começo de 2020, em retaliação ao assassinato do general Qasem Soleimani (1957-2020) e retaliou Israel, em abril de 2024, com um ataque maciço de mísseis e drones, em consequência do ataque aéreo de Israel à embaixada do Irã em Beirute. E desde que foi atacado pelas forças combinadas dos Estados Unidos e Israel no início deste ano, o Irã vem dando uma lição ao mundo, sobre como povos que presam sua soberania devem lidar com o imperialismo para impedir a vitória da contrarrevolução e do projeto monopolar. Ao contrário dos exemplos anteriores, aqui o "dínamo-regional" está vencendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi exposto até aqui tendemos a assumir uma posição pessimista em relação às perspectivas do Brasil. Realmente, desde um ponto de vista subjetivo, os autores deste artigo concordam que a nação brasileira se encontra completamente despreparada para enfrentar os duros desafios que se avizinham. A ignorância geopolítica, ousaríamos dizer, é quase unânime, mesmo entre a intelectualidade, e até entre os geógrafos.

Mas se, ao contrário, começarmos a observar o Brasil em relação aos demais países do mundo precisamente a partir da sua geografia, -e basta uma consulta ao mapa-múndi político para prová-lo, verificaremos que nós incluímos no exclusivíssimo clube das únicas cinco potências que apresentam simultaneamente uma extensão de mais de um milhão de quilômetros quadrados, mais de

cem milhões de habitantes e mais de um trilhão de dólares de PIB. Dentre as cinco, apenas o Brasil não possui um projeto claro de potência, o que deixa bastante evidente o contraste entre as potencialidades reais do país e as aspirações ideológicas das nossas atuais elites. Assim, o país fica paralisado e dividido entre duas perspectivas estratégicas antagônicas. Uma conservadora, que degrada as potencialidades do país para preservar as baixas expectativas dessa mesma elite, agrarista, privatista e rentista, e outra, revolucionária, que demanda a elevação das aspirações nacionais ao plano que lhe cabe, qual seja, a de merecermos o reconhecimento de que somos a principal potência do Mundo Meridional (MARTIN, 2018). A opção dos autores deste artigo está clara: se o meio ambiente, a cultura e a diplomacia nos fornecem um *soft power* espontâneo, é preciso, de forma planejada, ampliar o nosso *hard power* o que só poderá ser alcançado através do desenvolvimento de uma sólida base industrial de defesa.

REFERÊNCIAS

BIONDI, A. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BORTOLUZZI, M. **Determinantes Sistêmicos na Criação e Dissolução da Iugoslávia (1918-2002)** (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Porto Alegre: UFRS, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. "Gigante Fora do Tempo: A Guerra do Iraque e o Sistema Global". **Política Externa**, vol. 12, n. 1, 2003.

BRODIE, B. **Guia de estratégia naval**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1961.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise**: 1919 – 1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Brasília: Editora da UnB, 2001.

DEL ROIO, M. **O Imperio Universal e seus antípodas**: A Ocidentalização Do Mundo. São Paulo: Editora ícone, 1998.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

GABRIEL DE PIERI, E.; FÁVARO MARTINS, M. F. **Por um Brasil unido e forte**. São Paulo: Geração Editorial, 2022.

GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

HUBERMAN, L.; SWEEZY, P. **La controrivoluzione globale**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1968.

HUNTINGTON, S. P. "A superpotência solitária". **Política Externa**, vol. 8, n. 4, 2000.

HUNTINGTON, S. P. **O choque de civilizações e a recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996.

JAGUARIBE, H. **Reflexões sobre o Atlântico Sul**: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1988.

MARTIN, A. R. **Brasil, geopolítica e poder mundial**: o anti-Golbery. São Paulo: Editora Hucitec, 2018.

NYE JR. J. **Compreender os conflitos internacionais**: uma introdução à teoria e à história. Lisboa: Gradiva, 2002.

RUFIN, J. C. **O império e os novos bárbaros**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1991.

SOUZA, J. **Guerra contra o Brasil**. Rio de janeiro: Editora Sextante, 2020.

SPENGLER, O. **Prusianismo y Socialismo**. Santiago: Editoriales Nacionales y Extranjeras, 1935.